



LEI Nº 2096, DE 11 DE ABRIL DE 1975

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, -  
de acordo com o que Decretou a Câmara  
Municipal em sessão ordinária -  
realizada no dia 09/04/75, PROMULGA  
a presente lei, -----

Art. 1º - Fica a Prefeitura do Município de /  
Jundiaí autorizada a efetivar concessão de direito real de  
uso, por 25 (vinte e cinco) anos, ao LAR GALEÃO COUTINHO, ins-  
talada à rua Dr. Roberto Mange, nº. 90, nesta cidade, da área  
de terreno com 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), assi-  
nalada na planta anexa, que, devidamente rubricada pelo Pre-  
feito Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei, e  
com a seguinte descrição perimétrica:-

"Inicia no ponto "A", localizado na intersecção  
dos alinhamentos da avenida Carlos Salles Block e rua Dr. Ro-  
berto Mange; dali segue em reta pelo alinhamento da avenida /  
Carlos Salles Block uma distância de 12,00 metros até o ponto  
"B"; ali deflete à direita e segue em reta pela linha divisória  
uma distância de 50,00 metros, confrontando com quem de direi-  
to, até o ponto "C"; ali deflete à direita e segue em reta pe-  
la linha divisória uma distância de 12,00 metros, confrontan-  
do com Lar Galeão Coutinho, até o ponto "D"; ali deflete à di-  
reita e segue em reta para alinhamento da rua Dr. Roberto Man-  
ge uma distância de 50,00 metros até o ponto "A", inicial desta  
descrição. O perímetro descrito encerra uma área de 600,00 me-  
tres quadrados."

Parágrafo único - O terreno em questão será /  
utilizado pelo LAR GALEÃO COUTINHO, para edificar dependências  
adequadas ao ensino de artesanal, recreação infantil e demais  
finalidades específicas da Instituição.

Art. 2º - O LAR GALEÃO COUTINHO se compromete-  
rá, no contrato a ser lavrado, a dar início às obras no prazo  
de 2 (dois) anos e concluir-las dentro de 5 (cinco) anos.

§ 1º - A inobservância do disposto neste arti-  
go invalida o contrato de concessão de direito real de uso.

§ 2º - Fica estipulado o prazo de 60 (sessenta)  
dias a contar da vigência desta lei, para assinatura do con-  
trato.





Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento, / suplementadas, se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data / de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ)

-Prefeito Municipal-

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DE NEGÓCIOS INTERNOS E JURÍDICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ; aos onze / dias de mês de abril de mil neovecentos e setenta e cinco.

(ARNALDO CARRARO)

Secretário de Negócios  
Internos e Jurídicos

552.